

entre registos dissociados. A atitude adoptada neste estudo lembra-nos a importância do «âmbito da análise», que é distinto do terreno de observação. Com efeito, toda a teoria simultaneamente histórica, sociológica e política desenvolvida pelo sociólogo permite, se não atribuir todo o seu sentido, pelo menos fornecer referências explicativas para a compreensão de um universo circunscrito mas com algumas razões pertencentes a uma escala mais alargada, a meio caminho entre o local, indispensável, e o global, cada vez mais pungente.

ANÍBAL FRIAS

*Maurizio Ferrera, Anton Hemerijck e Martin Rhodes, O Futuro da Europa Social — Repensar o Trabalho e a Protecção Social na Nova Economia*, Oeiras, Celta, 2000, 150 páginas.

Schumpeter afirmou que «o carácter científico de uma dada peça de análise é independente do motivo que lhe deu causa» (*History of Economic Analysis*, 1, 1, 3). Realmente, pode ser que o carácter científico seja independente, mas a forma e o conteúdo são muitas vezes afectadas pelo motivo que deu causa à peça de análise.

A finalidade do livro *O Futuro da Europa Social* é, declaradamente,

«analisar as transformações do modelo social europeu e a capacidade deste para enfrentar os desafios, quer internos, quer externos, que se lhe depararam no início do século XXI» (p. 1). Esta tarefa complexa é, pode dizer-se, completada com qualidade e rigor. Procurando um equilíbrio entre a análise económica, o pragmatismo político, os detalhes institucionais e a antevisão estratégica, o livro consegue traçar um quadro inteligente, profundo e interessante do problema em análise.

O principal valor deste relatório é a informação que contém. Alguns quadros espalhados pelo texto conseguem uma caracterização relevante e clara dos problemas sociais da Europa. Mas é no longo anexo que se tem acesso a um largo manancial informativo. Sob a epígrafe «Reformas das políticas sociais nos países da União Europeia nos anos 90» inclui-se uma lista geográfica e cronológica das várias medidas tomadas na última década nesta área. Embora careça de alguma orientação, podendo o leitor perder-se no meio de tantas páginas de listas, trata-se de uma resenha exaustiva e valiosa.

No que toca ao texto propriamente dito, ele constitui uma breve (109 páginas) e elegante caracterização, avaliação e terapêutica dos sistemas sociais da Europa. O livro não se dirige tanto aos problemas quanto às leis e instituições criadas para os abordar. Assume como um dado as grandes linhas de actuação política nesta área, referindo-as apenas para as justificar. A finalidade é contribuir

para uma maior eficácia na sua prossecução.

O livro divide-se nestas três partes, caracterização, avaliação e terapêutica. A primeira parte, que coincide com o primeiro capítulo, procura motivar o estudo, descrevendo a perplexidade que perpassa o actual momento europeu no que toca às questões sociais. Após décadas de prioridade política, o sucesso não foi tão favorável quanto o esperado, e os mecanismos encontram-se desafiados quer por dificuldades internas de funcionamento, quer por alterações do clima envolvente. A rigidez que as leis e regulamentos sociais criaram nos mercados europeus defronta-se hoje com a «globalização» e a «nova economia», que alegadamente os perturbam de forma essencial.

Mas os autores rejeitam algumas das análises correntes destes problemas. As visões, simplistas e dramáticas, sobre a globalização, a falência do «estado providência» e a «nova economia» são rejeitadas, tomando-se uma posição prudente e sensata na avaliação destes fenómenos. Não descrevem medos excessivos ou mudanças radicais, pesando benefícios e custos da nova situação.

A parte seguinte, que também coincide com o segundo capítulo, descreve os regimes actuais de protecção social na Europa. Nesta secção é usada uma caracterização quadripartida, hoje quase consensual, mas ainda recentemente ignorada. Segundo esta visão, a abordagem europeia a estes problemas seguiu

quatro vias diferentes. A apresentação, no entanto, não se limita a esta estrutura rígida, descrevendo casos intermédios e variantes particulares.

Os quatro modelos são os seguintes. O primeiro, referido pelo nome de «escandinavo», é considerado como bem sucedido nos propósitos mas sofrendo de problemas de financiamento. No extremo oposto está o esquema «anglo-saxónico», onde a limitação da ambição o torna leve em termos financeiros, mas compromete os resultados sociais. No meio há dois sistemas que partilham estes problemas. O modelo «continental» tem simultaneamente dificuldades de cobertura e de ruptura financeira, enquanto o modelo «do Sul» enferma de uma grave disparidade entre *insiders* e *outsiders*, entre a parte da comunidade que goza dos apoios e a outra que se lhes mantém alheia.

Mesmo sem o dizer claramente, sente-se no livro uma discriminação implícita entre estes quatro modelos. O regime «anglo-saxónico» é claramente minorizado como pouco «social» e o «sulista» como rudimentar e imperfeito. Assim, a questão real que o livro claramente se coloca é a de como resolver as dificuldades dos dois outros modelos, o «escandinavo» e o «continental».

As soluções preconizadas ocupam a última parte do livro, incluindo três capítulos. Tal como a questão foi colocada desde o princípio, não é de esperar que se defenda uma reforma de fundo ou um modelo alternativo. Envereda-se antes por correcções de

pormenor, enfatizando orientações como a *policy mix*, a flexibilidade e as duas palavras mágicas do livro «reexperimentação» e «recalibragem».

É nesta secção que o motivo que deu causa influencia mais a peça de análise. É preciso referir que estamos perante uma obra que tem uma origem muito clara. O livro, como o prefácio do ministro Ferro Rodrigues indica, nasceu de «uma solicitação feita pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, no quadro da Presidência da União Europeia, aos professores Maurizio Ferrera, Anton Hemerijck e Martin Rhodes» (p. IX). O prólogo clarifica: «Este relatório foi originalmente encomendado na Primavera de 1999 pelo governo português ao Robert Schuman Centre do Instituto Universitário Europeu, em Florença» (p. xv).

Este facto é decisivo na escolha da linguagem e do estilo da obra. Dirigindo-se a um «caderno de encargos» político, o livro tem necessariamente de ceder à linguagem hermética, relativista, estereotipada, dos discursos institucionais. O livro não foge à denúncia do peso e rigidez que os sistemas causaram sobre a economia europeia e que levaram às actuais dificuldades. Só que, ao fazê-lo, os autores evitam judiciosamente a utilização de linguagem cortante e clara, tornando mesmo nebulosos alguns dos pontos mais valiosos do texto. Adoptam assim uma fraseologia politicamente correcta, mais aceitável pelos organismos públicos. Eles que, no fundo, são os verdadeiros causadores do problema.

Além disso, o texto mostra uma confiança, por vezes excessiva e quase ingénuo, no sucesso das soluções e na possibilidade de se ultrapassarem alguns problemas. É claro que muito se deve esperar de uma boa *policy mix*, da «reexperimentação» e «recalibragem». Mas será tudo assim tão simples? E que dizer da compatibilização entre eficiência e equidade, estabilidade e desenvolvimento, flexibilidade e segurança (para a qual criam mesmo uma nova palavra, *flexicurity*, traduzida por «flexigurança»), que o livro dá como garantidos?

Não há dúvida de que para tudo isto são apresentados fortes motivos para justificar essa confiança e, em parte, convincentes. O caso holandês, repetidamente referido, aparece quase como um paradigma a seguir. Mas o problema advém da possibilidade de as coisas correrem menos bem. O que se faz então? Onde estão as alternativas a seguir? Quais os pontos dos sistemas que serão essenciais e quais devem ser deixados cair nesse caso? Não haverá um problema mais profundo a abordar com coragem?

Em resumo, trata-se de um livro sério, profundo, elegante e bem concebido sobre um vasto e importante problema. Os autores mostram investigação séria e larga, perspicácia na análise e equilíbrio na exposição. Mas não se livram da acusação de excessivo optimismo e apresentação politicamente correcta. Que, afinal, é compreensível, dada a origem da obra.